

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIELA GONÇALVES RIBEIRO MARTINS

A COMPETÊNCIA DO BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL - FORÇA VERDE, NA
TUTELA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO PARANÁ, E SUA ATUAÇÃO NO
PROCESSO ADMINISTRATIVO.

CURITIBA

2019

GABRIELA GONÇALVES RIBEIRO MARTINS

A COMPETÊNCIA DO BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL - FORÇA VERDE, NA
TUTELA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO PARANÁ, E SUA ATUAÇÃO NO
PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Artigo apresentado como requisito parcial à
conclusão do curso de especialização em Direito
Ambiental, Setor de Agrárias, Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a MSc. Livia Vieira Lisboa

CURITIBA

2019

A COMPETÊNCIA DO BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL - FORÇA VERDE, NA TUTELA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO PARANÁ, E SUA ATUAÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Gabriela Gonçalves Ribeiro Martins

RESUMO

A legislação brasileira já vem se preocupando há algumas décadas com as questões ambientais, porém a pressão internacional intensifica essa inquietação, visto a importância do cumprimento das metas acordadas pelo Brasil. O ordenamento jurídico nacional é vasto e, de forma geral, adequado às demandas ambientais, porém falta a sua implementação, e tal fato decorre da escassez de conhecimento, de recursos humanos, técnicos e financeiros. O presente trabalho visa demonstrar a importância do papel da Polícia Militar do Paraná, através do Batalhão de Polícia Ambiental – Força Verde, no processo administrativo ambiental, tanto pelo seu recurso humano disponível, quanto por sua capacidade técnica e eficiência nos processos de fiscalização ambiental do Estado. Para tanto foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a legislação ambiental brasileira e o processo administrativo ambiental e, posteriormente, foram realizadas análises qualitativas sobre dados referentes à Autos de Infração Ambiental lavrados na última década. Os dados apresentados no presente estudo evidenciam a relevância do trabalho executado pelo BP Amb FV na tutela ambiental administrativa do Paraná e, com as mudanças positivas alcançadas na busca pela proteção ambiental dos estados que incluíram as polícias ambientais como órgão seccional de fiscalização, levando em conta a dificuldade enfrentada pelo órgão estadual representante do SISNAMA no Paraná, entende-se que a alteração da legislação estadual é primordial para manutenção e recuperação do meio ambiente.

Palavras-chave: Fiscalização ambiental. Processo administrativo ambiental. Polícia ambiental.

ABSTRACT

For decades, the Brazilian Legislation has been concerned about environmental issues, but now an international pressure intensifies the tension around this theme, taking in consideration the importance of the goals Brazil has committed to. Its national juridical structure is vast and generally adequate to environmental matters, nonetheless the compliance of these rules is poor, and this is a result from the lack of information and human and financial resources. This work aims to highlight the importance of the Batalhão de Polícia Ambiental – Força Verde role, the

Environmental Squad of Paraná State Military Police, in the environmental administrative proceedings, not only by the workforce availability it holds, but also for its efficiency and technical capacity. In order to do so, a bibliographical survey around the Brazilian legislation and legal proceedings, as long as quantitative analysis of fiscalization history data in the state of Paraná. This data evidenced the relevance of the environmental squads work in environmental related legal processes, as long with positive effect that other Brazilian states had by including the military police as an environmental fiscalization body. Moreover, taking into account the difficulties faced by the SISNAMAs representative state entity, it is understood that a change in the state legislation is crucial for the maintenance and recovery of the local environment.

Key-words: Environmental fiscalization. Environmental administrative proceedings. Environmental police.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio ambiente é relativamente recente no Brasil e no Mundo, porém é uma exponencial crescente. As pesquisas nessa área vêm aumentando, bem como o investimento para fins de conservação e preservação.

Com o aumento da discussão dos impactos antrópicos gerados principalmente nas últimas décadas, e as consequências presentes e futuras do comportamento humano em relação aos recursos naturais, há uma grande preocupação em estabilizar e recuperar a destruição e alteração do meio natural.

A legislação brasileira já vem se preocupando há algumas décadas com as questões ambientais, porém a pressão internacional intensifica essa inquietação, visto a importância do cumprimento das metas acordadas pelo Brasil. Além disso, existe a necessidade da efetivação dos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, bem como nas demais normas infraconstitucionais. O ordenamento jurídico nacional é vasto e, de maneira geral, adequado às demandas ambientais, porém falta a sua implementação, e tal fato decorre da escassez de conhecimento, de recursos humanos, técnicos e financeiros.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 23, institui as competências comuns entre todos os entes federativos, estabelecendo, em matéria ambiental, a cooperação entre estes na preservação e proteção do meio ambiente.

Diversos Estados já possuem legislação estadual, reconhecendo a polícia militar como órgão de fiscalização ambiental, por entender a relevância deste órgão no trabalho de fiscalização ambiental. No Paraná ainda há a necessidade de convênio com o órgão estadual pertencente ao SISNAMA para providências na esfera administrativa, mesmo com as dificuldades enfrentadas na tutela administrativa ambiental nos últimos anos.

Diante do exposto, o presente trabalho visa demonstrar a importância do papel da polícia militar, através do Batalhão de Polícia Ambiental nas infrações administrativas ambientais, tanto pelo seu recurso humano disponível, quanto por sua capacidade técnica e eficiência nos processos de fiscalização ambiental do Estado.

Para tanto, foi utilizado o método de pesquisa descritiva com a finalidade de analisar o processo administrativo ambiental do estado do Paraná, partindo de uma revisão bibliográfica sobre as principais legislações em vigor, nacionais e estaduais, que abrangem o tema. A finalidade é identificar o papel do Batalhão de Polícia Ambiental – Força Verde (BP Amb FV), bem como entender sua importância, na tutela ambiental administrativa estadual.

Partindo dos conceitos e procedimentos definidos pela legislação pertinente, o trabalho analisará dados oficiais do órgão ambiental estadual – Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e do BP Amb FV. Para isso, será necessária uma pesquisa documental e, ocasionalmente, entrevistas (informação verbal) com representantes das citadas entidades governamentais.

O estudo terá caráter essencialmente qualitativo, com ênfase no estudo documental, ao mesmo tempo em que se realiza um cruzamento dos levantamentos com toda a pesquisa bibliográfica já feita.

2 ORDENAMENTO JURÍDICO AMBIENTAL BRASILEIRO

Apesar de surgirem diversas legislações que tratavam sobre os recursos naturais brasileiros ao longo do século XX, antes da Conferência de Estocolmo (1972) a questão ambiental era tratada de forma fragmentada pela administração pública, tanto federal quanto estadual, e seu objetivo era a proteção do patrimônio natural, em uma visão mais econômica do que ambiental (RIBEIRO, 2006).

O primeiro grande marco da legislação ambiental brasileira foi a Lei Federal nº 6.938 de 1981, a qual instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Após algumas alterações, e da sua regulamentação através do Decreto Federal nº 99.274/1990, criou-se então os principais órgãos públicos ambientais, explicitado em seu artigo 6º, através do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA:

Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA [...] (BRASIL, 1981).

A Constituição Federal de 1988 recepcionou a PNMA, e com um dispositivo exclusivo (Capítulo VI) para tratar de Meio Ambiente. Consolidou ainda a importância com que os legisladores tratavam a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, incluindo este como direito fundamental de terceira geração:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Segundo Cruz (2008, p.27), foi a primeira vez na história constitucional brasileira que o meio ambiente foi tratado de maneira unitária e não através de dispositivos esparsos e isolados, onde, desta forma, o referido bem jurídico é dotado de dignidade constitucional e disciplina jurídica própria. A autora assim define: “Trata-se de um direito transindividual, de natureza indivisível, titularizado por pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato”.

Nesse intervalo de tempo, é aprovada a Lei Federal nº 9.605 de 1998, conhecida popularmente como a Lei de Crimes Ambientais. Considerada um divisor de águas na proteção ao meio ambiente, suas penas objetivam e incentivam a recuperação do dano ambiental. Apesar de apresentar falhas e omissões, sua edição trouxe os crimes ambientais ao conhecimento da sociedade e a preocupação com os danos gerados por atividades de risco (FREITAS, 2005).

Outra legislação importante na defesa do meio ambiente foi aprovada na última década, após longo período de discussões e tramitações. Em 2012 entra em vigor a Lei Federal nº 12.651, mais conhecida pela alcunha de “Novo Código

Florestal”. Esse dispositivo legal é alvo de muita polêmica, visto que apresenta avanços na busca pela preservação ambiental, porém alguns retrocessos também. De maneira geral, a lei dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, conforme ressaltado em seu artigo 1º-A:

Art. 1º-A. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. (BRASIL, 2012).

2.1 DIREITO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL

O artigo 225 da Constituição Federal de 1988, em seu § 3º, trata de três formas de tutela jurídica do meio ambiente: penal, administrativa e cível, conforme descrito:

Art. 225
[...]
§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. (BRASIL, 1988).

Percebe-se que a responsabilidade ambiental não está compartimentada, pelo contrário, possui enfoque global, abrangendo as três esferas, com princípios e objetivos em comum. Segundo Cruz (2008, p.66), a proteção dos bens ambientais só é efetiva com a utilização de todas as formas de tutela, pois as três se complementam para alcançar os princípios mais importantes do direito ambiental: da prevenção, da precaução, do poluidor-pagador, da educação e da reparação integral do dano.

A tutela administrativa é por essência a que mais se presta a proteção preventiva ambiental, pois possui inúmeros instrumentos que se destinam a regulamentar e disciplinar, através do poder de polícia, atividades potencialmente danosas, antes mesmo da sua implementação (CRUZ, 2008).

Todavia, dada as dificuldades encontradas pelos órgãos de licenciamento e fiscalização no Brasil, tais instrumentos tornam-se insuficientes para tutela

administrativa ambiental, necessitando então de instrumentos repressivos, porém com caráter educativo (CRUZ, 2008).

Um avanço obtido com a Constituição Federal de 1988 foi a descentralização e repartição das competências entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Em seu artigo 23, estabelece como competência material comum aos entes federativos nas questões ambientais a proteção do meio ambiente, o combate a poluição em qualquer de suas formas e a preservação das florestas, da fauna e da flora (BRASIL, 1988).

As competências legislativas também sofreram descentralização em matéria ambiental na Constituição Federal de 1988:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

[...]

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico [...]
(BRASIL, 1988).

O artigo 25 da Carta Magna ainda trata das competências exclusivas dos Estados, porém de forma não explícita. Ao estabelecer a competência da União e dos municípios, coube ao Estado as matérias remanescentes. Contudo, ressalta-se que os Estados possuem competência material para agir administrativamente, mesmo quando tratar-se de legislação federal ou municipal (FREITAS, 2002).

Com intuito de disciplinar os já citados dispositivos constitucionais, em 2011, publica-se a Lei Complementar 140, que regulamenta a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção do Meio Ambiente. Estabelece ainda que os entes federados podem utilizar-se de consórcios públicos, convênios e acordos de cooperação técnica para execução de políticas públicas e ações de cunho administrativo - Artigo 4º, I, II (BRASIL, 2011).

Além destes, a Lei Federal 9.605/98 também aborda o direito administrativo ambiental em seu Capítulo VI, que trata exclusivamente de infrações administrativas, sendo estas definidas pelo artigo 70: “Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente” (BRASIL, 1998).

As competências relativas ao processo administrativo ambiental são ainda estabelecidas no § 1º do mesmo artigo:

Art. 70

[...]

§1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitâneas dos Portos, do Ministério da Marinha (BRASIL, 1998).

Segundo a PNMA, artigo 6º, são integrantes do SISNAMA “os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental [...]” (BRASIL, 1981)

A estrutura do SISNAMA foi definida segundo critérios de função, sendo estes divididos em cinco órgãos: (I) Superior, (II) Consultivo e Deliberativo, (III) Central, (IV) Executores, (V) Seccionais e (VI) Locais. Os órgãos de fiscalização estaduais se enquadram nos Seccionais, conforme a Lei Federal nº 6.938/1981, art. 6º, V, o qual define órgãos seccionais como “órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental” (BRASIL, 1981).

De forma a regulamentar as legislações acima citadas, foi promulgado em 2008 o Decreto Federal 6.514, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas e disciplina o processo administrativo federal (BRASIL, 2008).

As sanções previstas, em número de 10 (dez), podem ser aplicadas cumulativamente, e serão estabelecidas conforme critérios estipulados no artigo 4º do referido Decreto, sendo estes: gravidade dos fatos, antecedentes do infrator em matéria ambiental e situação econômica do mesmo (BRASIL, 2008).

As infrações administrativas cometidas contra o meio ambiente foram organizadas em 6 (seis) subseções, conforme sua especificidade, sendo elas: infrações contra fauna, contra a flora, relativas à poluição e outras infrações ambientais, contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural, contra a administração ambiental, e infrações cometidas exclusivamente em Unidades de Conservação (BRASIL, 2008).

Recentemente o Decreto Federal 6.514/2008 sofreu algumas alterações sob justificativa de tornar o processo mais efetivo no que tange à apuração de infrações

administrativas ambientais e à celeridade do processo propriamente dito (BURMANN, 2019).

Segundo Cammelli (1997 apud FREITAS, 2002) no direito ambiental não faltam boas leis, porém ainda se faz necessária a celeridade do processo, adaptando-o a uma aplicação satisfatória.

O processo administrativo ambiental ainda apresenta muitas deficiências, porém busca-se seu aperfeiçoamento para que o meio ambiente tenha sua proteção efetiva, conforme estipulado na Constituição Federal de 1988. Apesar das intenções propostas com as alterações do principal Decreto que disciplina o assunto, somente a prática jurídica demonstrará se é o caminho a seguir (BURMANN, 2019)

3 PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARANÁ

No Paraná não há legislação estadual para disciplinar o processo administrativo do Estado, sendo então adotadas as regras gerais estabelecidas para o processo administrativo ambiental federal. Como normas específicas do Estado, temos a Portaria do IAP nº 157/2011, que define critérios para julgamento de Autos de Infração; a Instrução Normativa do IAP nº 001/2011, que define critérios para a instrução e trâmites de Procedimentos administrativos, Orientação Técnica do IAP nº 001/2011, a qual orienta procedimentos para Autos de Infração já lavrados e Instrução Normativa do IAP nº 001/2019, que estabelece procedimentos administrativos a serem seguidos quando da lavratura do Auto de Infração Ambiental e respectiva tramitação no sistema e-Protocolo (IAP, 2019).

O processo administrativo ambiental inicia-se com a lavratura do Auto de Infração Ambiental (AIA) pela autoridade competente, caracterizando então o dano causado ao meio ambiente. Instruído o processo administrativo, este será regulado pelo Capítulo II, Seção I do Decreto federal nº 6.514/08 (DE MELO, 2013).

Os valores arrecadados através das sanções administrativas aplicadas a infratores serão destinados ao Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA), instituído pela Lei Estadual nº 12.945/00 e regulado pelo Decreto Estadual nº 3.240/00 (PARANÁ, 2016).

A fiscalização ambiental do estado tem como representantes do SISNAMA o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), além dos representantes federais, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Por ser um ente federativo de vasta extensão territorial, a fiscalização torna-se complexa e exige grande estrutura para ser executada (IAP, 2019).

Desde a Constituição Federal de 1988, a organização do poder executivo tem evoluído de maneira significativa, através da criação e implementação de órgãos e entidades executivas em todos os estados federativos. Porém não se podem ignorar as fragilidades observadas nas instituições ambientais do Brasil, representantes dos SISNAMA. Há carência quantitativa e qualitativa de recursos humanos, orçamentários, financeiros e de tecnologias, sendo estes, atualmente, incompatíveis com as competências que lhe são atribuídas (CARVALHO, 2003).

Com a promulgação da Lei Complementar 140/11, inicia-se no Paraná um processo de descentralização de atividades de licenciamento e fiscalização ambientais, através de convênios com municípios que cumpram os critérios mínimos estabelecidos pela legislação, mas por se tratar de mudança recente, as prefeituras ainda estão se adaptando e aperfeiçoando seus órgãos ambientais para tal demanda (IAP, 2016)

Além destes, atua ainda no estado do Paraná a Polícia militar, através do Batalhão de Polícia Ambiental – Força Verde (BP Amb FV). A fiscalização ambiental estadual é executada por este órgão desde a sua criação, há 62 anos (GRUNTOWSKI, 2019).

Segundo FREITAS (2005), com a edição da Lei de Crimes Ambientais surgiram as especializações, sendo que a Polícia Militar, que em muitos estados já atuava em âmbito florestal, criou equipes especializadas para fiscalização e cumprimento da nova legislação.

Após aproximadamente 5 anos do vencimento do último convênio, o IAP firmou, em 2016, um novo Convênio com o BP Amb FV, em decorrência da ausência de previsão legal expressa para que este último seja considerado órgão do SISNAMA. Diferente das cooperações anteriores, este convênio é o primeiro a possuir um Plano de Trabalho com repasse de recursos para as ações de fiscalização (GRUNTOWSKI, 2019).

Este convênio foi firmado através do Termo de Cooperação Técnica e Financeira, envolvendo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Paraná (SEMA), IAP, Secretaria de Estado de Segurança e Administração Penitenciária (SESP) e Polícia Militar do Paraná (PMPR), com Interveniência do BP Amb FV. O

documento foi assinado em 20 de setembro de 2016, com objetivo de cooperação mútua entre os envolvidos, com vistas à execução de ações fiscalizatórias, educação ambiental e apoio ao monitoramento voltado à proteção e conservação dos recursos ambientais do estado. Com efeito, a partir de 2018, a polícia militar, através do BP AMB FV, passou a lavrar Autos de Infração Administrativa, sendo parte, portanto, do processo administrativo ambiental do Paraná (PARANÁ, 2016).

O primeiro convênio teve início na década de 90, sendo sucedido por outros até agosto 2011. Após esse período, o Paraná ficou 5 (cinco) anos sem convênio, sendo que a polícia ambiental só voltou a lavrar Auto de Infração Ambiental em agosto de 2018 (GRUNTOWSKI, 2019).

Nesse período, portanto, foram 7 (sete) anos onde a polícia militar executava a fiscalização ambiental, porém atuando apenas na esfera criminal. Em âmbito administrativo, o IAP era comunicado via ofício sempre que constatada infração administrativa, para que este tivesse ciência e tomasse as providências cabíveis, tornando assim o processo muito mais complexo, lento e limitado (GRUNTOWSKI, 2019).

3.1 A ATUAÇÃO DO BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL NA TUTELA DO MEIO AMBIENTE DO PARANÁ.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, inciso V, prevê que, entre outros órgãos, a segurança pública será de competência das polícias militares, cabendo a estas o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública (BRASIL, 1988).

Segundo Milaré (2007 apud BORGES; DE OLIVEIRA, 2019), o segmento especializado das polícias militares, as polícias ambientais, atuam na fiscalização mediante policiamento ostensivo ambiental para preservação da ordem pública, assegurando o bem-estar social através da prevenção e repressão de práticas atentatórias ao bem ambiental.

O Batalhão de Polícia Ambiental – Força Verde foi criado através da Lei Estadual nº 3.076 de 04 de abril de 1957, denominado à época como Corpo de Polícia Florestal. Ao longo dos anos, mudou de nome algumas vezes, bem como aumentou seu efetivo e sua atuação na fiscalização ambiental. A Lei Estadual nº

14.960/2005 foi a última alteração, instituindo a denominação atual do Batalhão (GRUNTOWSKI, 2019).

É a unidade especializada da Polícia Militar do Paraná (PMPR), com a missão de proteger o meio ambiente, atuando em todo território do Estado (BP Amb FV, 2019). O artigo 39, inciso VII, da Lei Estadual nº 16.575/2010 estabelece como competência do BP Amb FV, o policiamento ostensivo, visando o cumprimento dos dispositivos legais na proteção da fauna, da flora e do meio ambiente.

3.1.1 Informações Operacionais

Segundos dados atuais do IBGE (2019), o estado do Paraná é composto por uma área total de 199.305 Km², divididos atualmente em 399 municípios, e com população estimada em 11.433.957 habitantes. Conforme relatado por Gruntowski (2019), o efetivo atual do BP Amb FV é composto por 502 policiais militares, distribuídos por todo estado, perfazendo uma média de 01 (um) policial ambiental para cada 22.776 habitantes.

A estrutura organizacional do BP Amb FV é dividida em 5 (cinco) Companhias distribuídas pelo estado e mais 3 (três) equipes ROTAM que atuam em todo o Paraná (GRUNTOWSKI, 2019).

A fiscalização ambiental exercida pelos policiais militares engloba todos os crimes previstos na Lei Federal nº 9.605/98 e também as infrações administrativas que trata o Decreto Federal nº 6.514/08, porém o convênio prevê a autuação apenas nos delitos administrativos previstos na seção III, subseções I, II e VI (fauna, pesca, flora e Unidades de Conservação). O trabalho é executado através de policiamento motorizado, embarcado, a pé e aéreo; e todos os municípios do estado são fiscalizados pelo menos uma vez no período de 01 (um) ano (GRUNTOWSKI, 2019).

Além do serviço ordinário, a Polícia Ambiental realiza operações de forma isolada e integrada com diferentes órgãos envolvidos na tutela ambiental, tais como: Exército Brasileiro, Marinha Brasileira, IBAMA, ICMBio, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Federal (PF), Promotoria Pública do Meio Ambiente, IAP, Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA), Vigilância Sanitária Estadual, Receita Estadual e Prefeituras (GRUNTOWSKI, 2019).

Ademais, há ainda o trabalho de educação ambiental, no qual se ressalta o projeto “Força Verde Mirim”, que trabalha cidadania e preservação ambiental com

crianças e adolescentes, através de parcerias com organizações privadas e públicas (GRUNTOWSKI, 2019).

3.2 FISCALIZAÇÃO ESTADUAL NA ATUALIDADE

Através de informações repassadas pelos principais órgãos de fiscalização estadual na atualidade, é possível visualizar um panorama das infrações administrativas constatadas no Paraná.

As informações da Polícia Ambiental foram repassadas de forma verbal nos dias 26 e 30 de setembro de 2019, na sede do Batalhão de Polícia Ambiental – Força Verde, em entrevista com o Oficial P/3 do Batalhão de Polícia Ambiental, Capitão Álvaro Gruntowski, e através de relatórios do Sistema de Gerenciamento e Controle Administrativo e Operacional da Polícia Militar do Paraná – SISGCOP. Os dados obtidos com o Instituto Ambiental do Paraná foram repassados de forma verbal nos dias 15 de outubro de 2019 e 28 de novembro de 2019, na sede do Instituto Ambiental do Paraná, em entrevista com Álvaro Cezar de Góes, responsável pela Diretoria de Proteção e Emergenciais Ambientais – DIPEA, e através de relatórios emitidos pelo Sistema de Licenciamento e Fiscalização Ambiental – SIA.

Para efeito de comparação, realizou-se o levantamento dos Autos de Infração Ambiental (AIAs) lavrados pelos policiais ambientais, durante convênio estadual, no período entre 2003 e 2011 (Tabela 1).

TABELA 1 – RESUMO DAS AUTUAÇÕES AMBIENTAIS LAVRADAS PELO BP AMB FV - (2003 À 2011).

Ano	AIAs Lavrados	Valor
2003	3.396	22.316.841,70
2004	5.183	38.217.334,84
2005	4.073	39.757.844,35
2006	3.442	32.963.291,84
2007	3.829	34.471.727,29
2008	3.539	75.901.512,01
2009*	2.781	20.087.196,90
2010	2.033	-----
2011**	1.642	11.553.508,00

TOTAL	29.918	275.269.256,93
--------------	---------------	-----------------------

FONTE: BP Amb FV (2019).

NOTAS: *A partir de julho de 2009 houve a implantação de um novo sistema de autuações ambientais, onde o valor da multa passava a ser aplicado por colegiado. **A partir de maio de 2011 houve a implementação de um novo sistema de autuações ambientais, onde o valor da multa voltou a ser aplicado pela equipe de fiscalização.

De novembro de 2011 à agosto de 2018, sem a renovação do convênio, aproximadamente 6.088 (seis mil e oitenta e oito) Boletins de Ocorrência Unificados (BOUs) de natureza penal constatada, com autoria identificada, foram encaminhados via ofício ao Instituto Ambiental do Paraná para lavratura de Auto de Infração Ambiental (AIA) pela polícia militar, sendo que cada documento pode resultar em mais de uma infração ambiental e, portanto, mais de um AIA (Tabela 2). Porém esse procedimento gera prejuízos ao meio ambiente pelo atraso no processo administrativo ou, até mesmo na impunidade do infrator, pela deficiência de material humano para nova fiscalização de cada situação previamente constatada, visto que o agente precisa testemunhar o dano ambiental para lavrar o AIA.

TABELA 2 – RESUMO DAS AUTUAÇÕES AMBIENTAIS LAVRADAS NO PARANÁ – SEM CONVÊNIO.

Ano	AiAs Lavrados	Valor
2011	3.547	37.840.002,39
2012	2.098	27.410.758,00
2013	2.087	152.739.279,65
2014	2.503	31.414.019,31
2015	2.049	19.319.541,47
2016*	2.506	29.022.205,75
2017*	2.693	31.007.026,20
TOTAL	23.310	188.118.679,59

FONTE: IAP (2019).

NOTAS: Apesar da assinatura do Termo de Cooperação Técnica e Financeira ter ocorrido em 2016, a atuação da polícia militar só teve início em agosto de 2018.

Levando em consideração que a Tabela 1 trata apenas de AIAs lavrados pelos policiais ambientais e não considera os processos iniciados no IAP, quando se compara as Tabelas 1 e 2, apreende-se que no período sem o convênio o estado do Paraná teve uma redução no número de processos administrativos.

Resende (2018) relata que de 2010 até 2015 o Instituto Ambiental do Paraná deixou de inscrever em dívida ativa um total de quase 130 milhões de reais em multas ambientais, segundo informações do Tribunal de Contas do Paraná. O ex-presidente do IAP à época justificou que a falta de servidores impediu o trâmite e causou atraso nos processos.

A Súmula 467 do Superior Tribunal de Justiça dispõe que após cinco anos, contados do término do processo administrativo, prescreve a pretensão da administração pública de promover a execução da multa por infração ambiental (LUCENA, 2018).

Segundo Góes (2019), o órgão ambiental estadual possui reduzido número de servidores e, por tal razão, a demanda torna-se muito grande para que os fiscais vistoriem todas as infrações encaminhadas pela fiscalização dos policiais militares, além das que já se iniciam em fiscalização própria. Em decorrência disso, muitas infrações constatadas acabam não recebendo sanções administrativas por já não ser possível sua averiguação pelo agente autuante em decorrência do tempo transcorrido ou pela sua prescrição.

Este fato fica mais evidente quando se analisam os dados registrados nos anos de 2018 e 2019 (Tabela 3).

TABELA 3 – RESUMO DAS AUTUAÇÕES LAVRADAS NO PARANÁ APÓS RENOVAÇÃO DO CONVÊNIO.

Ano	AIAs Lavrados	Valor
2018*	2.565	32.439.496,10
2019**	4.043	54.711.081,24
TOTAL	6.608	87.150.577,34

FONTE: IAP (2019).

NOTAS: *Os AIAs começaram a ser lavrados por algumas equipes da polícia ambiental em meados de 2018, sendo executado por todo o efetivo operacional somente em novembro, após o treinamento exigido pelo Termo de Cooperação Técnica e Financeira de 2016.

**Levantamento realizado até o dia 28 de novembro de 2019.

Percebe-se um aumento considerável no número de processos administrativos em 2019, no qual o IAP e a Polícia Ambiental possuem agentes com competência para autuação administrativa. Cabe ressaltar que o efetivo policial restringe sua atuação apenas às infrações relacionadas à fauna, pesca, flora e Unidades de Conservação, caso contrário, esse número poderia ser ainda maior. No

mesmo período de 2019, segundo dados do SISGCOP (2019), foram constatados 246 (duzentos e quarenta e seis) ocorrências de poluição, mineração e outros crimes ambientais, não passíveis de autuação administrativa pela polícia ambiental.

Segundo Cruz (2008), para tornar efetiva a tutela preventiva do meio ambiente faz-se necessário que a prevenção de riscos seja mais atrativa do que a reparação dos danos. Essa premissa da responsabilidade civil também pode ser aplicada à tutela administrativa do meio ambiente. Quando a sanção é aplicada de forma efetiva, o infrator refletirá sobre as consequências por causar um dano ambiental, e que esta é incompatível com a vantagem que isso possa porventura acarretar, sendo também educativa, visto que as pessoas de seu convívio terão conhecimento sobre as consequências de se cometer uma infração administrativa.

4 CONCLUSÃO

Em alguns entes federativos houve alteração da legislação estadual de forma a incluir as polícias militares como órgãos seccionais, pertencentes ao SISNAMA. Como consequência desse fato, há a segurança política da existência da polícia ambiental como unidade especializada, tornando-a assim cada vez mais técnica e especializada, visto que há um aporte substancial de recursos provenientes das sanções aplicadas quando identificados danos ambientais no processo de fiscalização, considerando que o valor arrecadado deve, obrigatoriamente, ser aplicado na proteção e preservação ambiental.

Por conseguinte, a tutela ambiental torna-se mais efetiva, visto que com investimento adequado, há melhorias tanto na estrutura, com a compra e manutenção de equipamentos e tecnologias, bem como na capacitação e especialização dos agentes de fiscalização.

Entre os Estados que fizeram a alteração legal, podem-se citar Santa Catarina (Lei Estadual nº 14.601/2008) e São Paulo (Decreto Estadual nº 57.933/12), ambos reconhecidos pela excelência do trabalho realizado e seguidos como modelo por diversas polícias especializadas do país.

Os dados acima apresentados evidenciam a relevância do trabalho executado pelo BP Amb FV na tutela ambiental administrativa do Paraná, e diante desse cenário, observando as mudanças positivas alcançadas na tutela ambiental dos estados que incluíram as polícias ambientais como órgão seccional de fiscalização, e ainda levando em conta a dificuldade enfrentada pelo órgão estadual

representante do SISNAMA no Paraná, entende-se que a alteração da legislação estadual é primordial para manutenção e recuperação do meio ambiente.

Em 2019 houve uma importante alteração legislativa em âmbito nacional, através do Decreto Federal nº 9.760/2019, alterando trechos do Decreto Federal 6.514/08, com intuito de trazer maior celeridade ao processo e diminuir a impunidade na aplicação de sanções à infratores. Considera-se de maior relevância a criação do Núcleo de Conciliação Ambiental, visando estimular um acordo entre as partes, para assim evitar processos longos e dispendiosos.

No Paraná estão ocorrendo discussões acerca de mudanças na estrutura dos órgãos ambientais, com a reorganização e integração de entidades do executivo, criando o chamado IAT – Instituto de Água e Terra. Além desta, em setembro desse ano houve a alteração da Lei Estadual nº 17.279/2012, que atualiza o percentual da Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental (TCFA) repassado ao Estado.

Após a finalização do presente estudo, aos 18 dias do mês de dezembro de 2019, o poder executivo sancionou da Lei Estadual nº 20.070, que além de autorizar a incorporação do Instituto de Terras, Cartografias e Geologia do Paraná e do Instituto de Águas do Paraná, pelo Instituto Ambiental do Paraná, reconheceu o Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde como órgão integrante do SISNAMA, conforme definido em seu artigo 3º, parágrafo 3º.

Conforme explanado durante o trabalho, acredita-se que isso trará maior proteção ao meio ambiente do Estado, bem como maior eficácia na tutela ambiental, tanto preventiva quanto repressiva. Com o aumento de recursos humanos e materiais aplicados em prol da proteção ambiental, o processo poderá ser melhor dividido e compartilhado entre os órgãos envolvidos.

O funcionamento do processo administrativo estadual, frente às mudanças recentes na legislação ambiental, ainda está em processo de regulamentação e somente após sua implementação se poderá avaliar os impactos dessas medidas, mas pode-se afirmar desde já que o Paraná terá grandes avanços na proteção e preservação do meio ambiente do Estado.

REFERÊNCIAS

BORGES, R. G.; DE OLIVEIRA, C. J. F. **A competência da Polícia Militar do Estado de Goiás nas infrações cometidas contra o meio ambiente**. 21 f. Monografia (Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás), Comando da Polícia Militar de Goiás, Goiânia, 2013.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 set. 1981. Seção 1, p. 16.509.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 06 dez 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008**. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e da outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 jul. 2008. Seção 1, p.1.

BRASIL. **Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011**. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do *caput* e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 dez. 2011. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166- 67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 2012. Seção 1, p. 1.

BURMANN, A. **Uma análise do Decreto 6.514/08, que altera regras para multas ambientais**. 2019. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-jun-01/alexandre-burmann-analise-decreto-multas-ambientais>>. Acesso em 13 nov 2019.

CARVALHO, J. C. A vocação democrática da gestão ambiental brasileira e o papel do poder executivo. In: TRIGUEIRO, A. **Meio Ambiente no Século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 259-273.

CRUZ, A. P. F. N. **A culpabilidade nos crimes ambientais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

DALLAGO, R. M. **A fiscalização ambiental e o papel do Batalhão de Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal**. 74 f. Monografia (graduação), Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DE MELO, V. R. **O processo administrativo ambiental no estado de São Paulo**. 11f. Monografia (pós-graduação), Curso de Especialização em Direito Ambiental, Faculdades Metropolitanas Unidas, 2013.

FREITAS, V. P. **A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FREITAS, V. P. **A lei dos crimes ambientais**. 2005. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI14941,31047-A+Lei+dos+Crimes+Ambientais>>. Acesso em: 22 out 2019.

GRUNTOWSKI, A. **Informações históricas e operacionais do Batalhão de Polícia Ambiental – Força Verde**. São José dos Pinhais, 30 set. 2019. Entrevista cedida na sede do Batalhão de Polícia Ambiental – Força Verde.

GÓES, A, C. **Informações operacionais do Instituto Ambiental do Paraná**. Curitiba, 28 nov. 2019. Entrevista cedida na sede do Instituto Ambiental do Paraná.

IAP – INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. 2016. **Descentralização ambiental traz autonomia e recursos para os municípios**. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=843>>. Acesso em: 02 dez 2019.

IAP – INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. 2019. **Fiscalização Ambiental – Atribuições**. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/pagina-293.html>>. Acesso em: 02 dez 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2019. **Paraná**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>>. Acesso em: 02 dez 2019.

LUCENA, L. **Crimes ambientais: análise da súmula 467 do STJ (prescrição de multa ambiental)**. 2018. Disponível em: <<https://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22531359/9472306-pr-947230-6-acordao-tjpr/inteiro-teor-22531360>>. Acesso em 02 dez 2019.

PARANÁ. **Termo de cooperação técnica e financeira**. Diário Oficial do estado do Paraná, Curitiba, PR, 27 set. 2016. Normal do Comércio, p. 12

PARANÁ. **Lei nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019**. Autoriza a incorporação do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná e do Instituto das Águas do Paraná, pelo Instituto Ambiental do Paraná, e dá outras providências. Diário Oficial do Paraná, Curitiba, PR, 19 dez 2019. Poder Executivo, p. 3.

RESENDE, N. **Multas ambientais podem prescrever por falta de servidores no IAP**. 2018. Disponível em: <<https://bandnewsfmcuitiba.com/multas-ambientais-podem-prescrever-por-falta-de-servidores-no-iap/>>. Acesso em 02 dez 2019.

RIBEIRO, J. C. J. **Indicadores ambientais**: avaliando a política de meio ambiente no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Semad, 2006.